



**DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE RONDÔNIA**
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2025

TARDE

ANALISTA JURÍDICO - CLASSE A

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas
- A questão discursiva deverá ser redigida com o mínimo de **20 (vinte)** e o máximo de **30 (trinta)** linhas



TEMPO

- Você dispõe de **4,5 (quatro e meia) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **1 (uma) hora** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões.**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato;**
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Observe a seguinte descrição e assinale a opção correta sobre sua estruturação ou significação:

“A biblioteca do mestre se localizava em um dos cômodos da casa, transformado em escritório. Havia um conjunto de prateleiras onde se alinhavam os livros, muito bem arrumados; cada livro possuía uma etiqueta identificadora para facilitar a consulta. Pequenas estantes ao lado das prateleiras recebiam outras obras, talvez menos importantes.”

- (A) A ordem da descrição parte de dentro para fora.
- (B) A trajetória descritiva sai do geral para o particular.
- (C) A descrição aborda a quantidade e a qualidade de objetos.
- (D) O termo “obras” substitui “livros”, sendo seu sinônimo.
- (E) O observador domina inteiramente o tema da descrição.

2

Cada uma das opções a seguir fala da língua escrita e alude a uma de suas funções.

Assinale a frase que se refere à função de transferência do ato comunicativo para outro tempo ou lugar.

- (A) O espírito mais autêntico de um povo está em sua língua.
- (B) As bibliotecas estão cheias de livros monumentais.
- (C) Ainda hoje a linguagem de Guimarães Rosa emociona.
- (D) Dom Casmurro é uma obra-prima de linguagem.
- (E) Não deixe de anotar seus compromissos na agenda.

3

Assinale o segmento textual a seguir que pertence ao tipo textual didático, cuja função principal é a de ensinar algo útil para a educação do indivíduo.

- (A) As escolas primárias tendem a aumentar seu período diário de aulas em função da situação escolar deficiente.
- (B) Os professores continuam com baixos salários, apesar de todos saberem de sua importância social.
- (C) Os adjetivos, como explicam os professores, podem exprimir qualidades, estados e características, além de relações.
- (D) Muitos livros didáticos se destinam a temas demasiadamente específicos e, por isso, ganham poucos leitores.
- (E) O governo vai pagar os estudos de muitos alunos que ficaram sem vagas nas escolas públicas.

4

Compare as seguintes frases:

1. Uma professora francesa dá aulas em minha escola.
2. Uma francesa professora mora em minha cidade.

Sobre os termos sublinhados, assinale a opção correta.

- (A) Os dois segmentos mostram o mesmo significado.
- (B) Os termos “professora” (frase 1) e “francesa” (frase 2) são núcleos dos segmentos sublinhados.
- (C) Nos dois segmentos, o termo “francesa” funciona como adjetivo.
- (D) Nos dois segmentos, o termo “professora” funciona como substantivo.
- (E) Enquanto na primeira frase a ordem das palavras no segmento sublinhado é substantivo + adjetivo, na segunda é adjetivo + substantivo.

5

Assinale a opção em que a substituição do elemento sublinhado por um advérbio de mesmo sentido foi feita de forma correta.

- (A) É necessário mudar muitas vezes de opinião para estar sempre de acordo com o seu partido político. / continuamente.
- (B) A compra de frutas ocorreu do mesmo modo como se compra bacalhau na feira: pelo cheiro. / exatamente.
- (C) Fazem-nos na época atual constituições para os povos como se fariam vestidos para as pessoas sem se lhes tomar as medidas. / atualizadamente.
- (D) Os soldados se organizaram na mesma forma do dia anterior / formalmente.
- (E) Todos os convidados se portaram de forma educada / educativamente.

6

Assinale a opção abaixo que mostra corretamente a ordem de premissa + conclusão na frase.

- (A) Alguém está querendo falar conosco / o celular tocou na sala de jantar.
- (B) Alguns fatos importantes ocorreram ontem / os jornais televisivos estão mais extensos.
- (C) Já deve ser noite alta / todas as luzes das casas estão apagadas.
- (D) Os livros ficaram abertos sobre as carteiras / os alunos certamente saíram com pressa.
- (E) O professor enxerga mal / o professor usa óculos de lentes grossas.

7

Observe o seguinte texto:

“Como já afirmou um ex-ministro da educação, o Brasil necessita urgentemente de um novo currículo escolar, que procure mais contato com as necessidades atuais dos alunos, o que contribuiria para mais interesse da parte deles e diminuiria a evasão escolar”.

Nesse caso, a observação mais completa e acertada é:

- (A) O argumentador só apresenta a sua opinião, sem detalhes.
- (B) O argumentador apresenta a sua opinião como geral.
- (C) O argumentador apresenta uma opinião alheia.
- (D) O argumentador apresenta e comenta uma opinião alheia.
- (E) O argumentador confronta diversas opiniões.

8

Todos os segmentos a seguir expressam opiniões.

Assinale o segmento em que a opinião expressa está erradamente atribuída a alguém.

- (A) Os comentaristas do programa disseram que, para combater a desordem nas ruas, seria importante formar-se uma comissão de segurança. / comissão de segurança.
- (B) Não há dúvida de que esse filme, segundo a minha visão do problema, trará grandes prejuízos aos diretores, pois o público não comparece às salas de projeção. / público.
- (C) Os empregados da empresa e seus advogados defendem a ideia de que se faça o pagamento de salários atrasados. / os empregados da empresa.
- (D) Pode-se afirmar que há duas espécies de livros: os que são vendidos e os que ficam nas prateleiras. / os livreiros.
- (E) Os jornais afirmaram que as manifestações foram impressionantes, pois havia público em toda a praia, segundo os institutos de pesquisa. / os jornais.

9

Assinale a frase argumentativa a seguir cuja premissa de raciocínio é feita à base de um julgamento opinativo.

- (A) Uma pesquisa indicou que grande parte da população brasileira vê a insegurança como seu maior problema.
- (B) As pesquisas eleitorais mostram que a população se encontra dividida entre candidatos de ideologia oposta.
- (C) Muitos acidentes ocorrem por estarem alcoolizados os motoristas, como mostra a fiscalização da Lei Seca.
- (D) É muito mais agradável ir para o campo do que para a praia nas próximas férias.
- (E) Muitas rodovias apresentam maior número de acidentes que outras, o que nos leva a crer que há necessidade de melhor sinalização.

10

Assinale o texto a seguir cujo raciocínio é indutivo, ou seja, parte do particular para o geral.

- (A) Os livros estão custando muito caro, o que nos leva a evitar comprá-los.
- (B) Os meninos de minha rua são tremendamente agitados, daí que haja necessidade de melhoras na educação dos jovens.
- (C) Os eucaliptos são cortados com pouco mais de três anos de existência, por isso as colinas estão desertas.
- (D) Os restaurantes aderiram ao serviço de *buffet*, o que tornou os preços mais baratos.
- (E) Os times de futebol estão pagando altíssimos salários a seus atletas por isso alguns deles passam dificuldades.

11

Observe o seguinte raciocínio:

Algumas pessoas ganham muito pouco.

Algumas pessoas decidiram apelar para o crime.

Nesse raciocínio ocorre o seguinte problema:

- (A) A premissa não é verdadeira.
- (B) A conclusão não decorre logicamente da premissa.
- (C) A conclusão apresenta a correta solução de um problema.
- (D) A premissa indica uma opinião do emissor.
- (E) A premissa é, na verdade, a conclusão do raciocínio.

12

Sempre que passamos de uma premissa diretamente a uma conclusão, assumimos como verdadeira alguma ideia intermediária.

Assinale a opção a seguir em que essa ideia intermediária está **erradamente** identificada.

- (A) O motorista do carro em nossa frente está fazendo curvas irregulares; é melhor manter distância / o motorista do carro da frente mostra ter algum problema.
- (B) A resposta do atual advogado é a mesma do advogado anterior; vamos segui-la / a resposta está certa.
- (C) O sinal da fábrica já está tocando; meu marido vai chegar atrasado ao trabalho / o sinal da fábrica está tocando na hora certa.
- (D) O policial o viu assaltando um transeunte; ele vai ser preso brevemente / o policial estava de plantão.
- (E) Ela me abraçou fortemente; acho que ainda me ama / o abraço forte é sinal de afeto.

13

Observe o seguinte argumento:

“– Sr Governador, o senhor não deve preocupar-se tanto com o déficit orçamentário do estado, pois com a sua reeleição nas próximas eleições do fim do ano, o senhor terá mais tempo para resolver o problema”.

Nesse raciocínio há uma falácia, que é:

- (A) Apresentar uma possibilidade como certeza.
- (B) Fugir do assunto principal.
- (C) Citar um princípio autoritário.
- (D) Apelar para a sedução do interlocutor.
- (E) Produzir um círculo vicioso.

14

Em todas as frases a seguir procurou-se evitar a repetição do termo sublinhado.

Assinale a opção em que o processo utilizado para isso foi corretamente identificado.

- (A) Comprou um carro na liquidação da empresa, mas o carro novo não agradou plenamente / ampliação do termo.
- (B) Os estudantes não gostam de interpretar textos, mas os estudiosos afirmam que essa é uma atividade importante / emprego de sinônimos.
- (C) Os livros indicados para leitura obrigatória são ótimos e, por isso, essas obras trarão prazer / omissão do termo.
- (D) Trabalho, esporte, passeios, todas essas atividades preenchem o seu tempo / substituição por pronome.
- (E) Aferiram-se os resultados, e a aferição vai auxiliar no planejamento futuro / emprego de hiperônimo.

15

Assinale a frase em que a ambiguidade é fruto da polissemia de um vocábulo.

- (A) Encontrei com Mário em sua empresa.
- (B) Maria e João se casaram ontem.
- (C) Suas ações iam trazer benefícios para a empresa.
- (D) A demissão do gerente foi repentina.
- (E) Vi de novo a foto daquela jornalista.

Legislação Institucional

16

Foram realizados estudos, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, com o objetivo de aperfeiçoar a política remuneratória afeta aos membros da Instituição. Nesses estudos, foi analisada a possibilidade de ser instituída gratificação de produtividade, bem como se haveria um limite estipencial a ser observado.

Ao fim dos estudos, concluiu-se corretamente, à luz da Constituição do Estado de Rondônia, que

- (A) a referida gratificação, uma vez instituída, não pode ser utilizada como base de cálculo de outras gratificações.
- (B) o total dos estipêndios, incluindo a referida gratificação, não pode superar o valor recebido pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (C) a referida gratificação não pode ser instituída, ainda que, somada ao estipêndio regular, não ultrapasse o teto remuneratório.
- (D) o total dos estipêndios, incluindo a referida gratificação, não pode superar o valor recebido pelos Desembargadores do Tribunal de Justiça de Rondônia.
- (E) a referida gratificação, uma vez instituída, não pode ser incorporada aos estipêndios regulares, devendo cessar tão logo cesse o fato que ensejou a sua percepção.

17

Após regular tramitação interna, Ana, servidora da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, encaminhou determinado expediente ao órgão com atribuição para instaurar processo disciplinar contra membros da Defensoria Pública.

À luz da Lei Complementar nº 117/1994, esse órgão é

- (A) o Defensor Público-Geral.
- (B) o Colégio de Defensores Públicos.
- (C) a Comissão Permanente de Inquérito.
- (D) o Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (E) a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

18

Maria, após regular aprovação em concurso público, foi nomeada para ocupar cargo de provimento efetivo no quadro de servidores da Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Um mês depois, foi informada que João, ocupante anterior do cargo e que fora demitido, teve sua demissão invalidada por decisão administrativa.

Na situação descrita, é correto afirmar que João deve ser

- (A) posto em disponibilidade até que Maria deixe o cargo.
- (B) reconduzido ao cargo de origem, e Maria pode ser aproveitada em outro cargo.
- (C) reintegrado ao cargo de origem, e Maria pode ser posta em disponibilidade.
- (D) readaptado em outro cargo, com remuneração e atribuições similares ao cargo de origem.
- (E) aproveitado em outro cargo, considerando que o cargo que ocupava foi provido com a nomeação de Maria.

19

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, tinha dúvidas em relação à possibilidade de obter a promoção vertical na carreira, o que lhe propiciaria um incremento remuneratório. A dúvida decorria da ocorrência de certos fatos em sua situação funcional que poderiam obstar essa promoção.

Ao analisar a sistemática da Lei Complementar nº 703/2013, Pedro concluiu corretamente que o único fato que obsta a promoção alvitrada é

- (A) ter menos de dez anos de carreira.
- (B) o efetivo exercício apenas nas unidades da Defensoria Pública.
- (C) ter quinze meses de efetivo exercício no último padrão da classe em que se encontra.
- (D) a existência de cinco faltas injustificadas, por exercício, referentes ao período avaliado.
- (E) ter conceito de 50% dos pontos possíveis nos procedimentos de avaliação periódica de desempenho.

20

Joana, servidora pública, foi incumbida por seu superior hierárquico de analisar a possibilidade de serem utilizados meios técnicos razoáveis e disponíveis, para que os dados pessoais dos usuários de determinado serviço público percam a possibilidade de associação, direta ou indireta, aos indivíduos a que se referem, de modo que sejam utilizados para uma pesquisa que subsidiaria a realização de publicidade institucional.

Após consultar a Lei nº 13.709/2018, Joana concluiu corretamente que a realização do objetivo alvitrado por seu superior hierárquico

- (A) depende de consentimento expresso dos indivíduos a que se referem as informações.
- (B) somente depende de consentimento expresso dos indivíduos a que se referem as informações, caso tenham a natureza de dados pessoais sensíveis.
- (C) somente depende de consentimento expresso dos indivíduos a que se referem as informações, caso tenham negado, de modo expresso, a possibilidade de tratamento.
- (D) não depende de consentimento dos indivíduos a que se referem as informações, o que decorre da impossibilidade de associação, ainda que o fim seja a publicidade institucional.
- (E) o tratamento de dados pessoais, por órgãos e entes públicos, sempre apresenta uma finalidade de interesse público, logo, não depende de consentimento, o mesmo ocorrendo na situação descrita.

Noções de Direito

21

Em razão de uma diversidade de problemas que assolaram sua esfera jurídica, João decidiu ingressar com quatro ações constitucionais perante os juízos competentes. Essas ações estão inseridas no rol dos direitos fundamentais. No entanto, tinha receio do impacto que as custas judiciais poderiam ocasionar em sua esfera econômica. Afinal, apesar de ter uma ótima situação econômica, não tencionava adiar viagens ou a aquisição de bens de consumo.

João obteve a seguinte informação correta:

- (A) apenas a ação de *habeas corpus* é gratuita.
- (B) apenas a ação de mandado de segurança é gratuita.
- (C) as ações de *habeas corpus* e *habeas data* são gratuitas.
- (D) as ações de mandado de segurança e de mandado de injunção são gratuitas.
- (E) as referidas ações somente serão gratuitas caso João seja assistido pela Defensoria Pública.

22

A Defensoria Pública do Estado Alfa foi procurada por um assistido, o qual relatou a má qualidade do serviço local de gás canalizado, o que vinha causando sérios embargos na rotina de sua família.

Com o objetivo de verificar as medidas a serem adotadas, o Defensor Público com atribuição decidiu identificar o ente federativo responsável pela prestação do referido serviço, tendo concluído corretamente que é

- (A) o Estado.
- (B) o Município.
- (C) a União, sendo vedada a prestação indireta.
- (D) a União, sendo permitida a prestação indireta.
- (E) o Município, caso tenham recebido delegação da União.

23

Maria, agente socioeducativa no âmbito do Estado Alfa, compareceu à Defensoria Pública e formulou consulta jurídica em relação à possibilidade, ou não, de ser alcançada por critérios diferenciados no regime próprio de previdência social, com tempo de contribuição e idade distintos, considerando a regra geral aplicada aos servidores públicos.

Com base na disciplina estabelecida pela Constituição da República, o Defensor Público, esclareceu corretamente, que

- (A) Alfa pode estabelecer esses critérios na Constituição Estadual.
- (B) Alfa pode estabelecer esses critérios por meio de lei ordinária.
- (C) apenas uma lei nacional pode estabelecer critérios diferenciados.
- (D) Alfa pode estabelecer esses critérios por meio de lei complementar.
- (E) é vedado o estabelecimento de critérios diferenciados, pois isto afrontaria a isonomia.

24

Joana é investigada pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que teria causado prejuízo ao erário. Em conversa com a Defensora Pública Maria, a investigada demonstrou interesse em celebrar, com o Ministério Público, um acordo de não persecução cível.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir.

- I. Oitiva do juízo competente, em momento anterior ou posterior à propositura da ação.
- II. Aprovação, no prazo de até sessenta dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, se anterior ao ajuizamento da ação.
- III. Homologação pelo ente federativo lesado, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

A celebração do acordo de não persecução cível dependerá da observância do(s) requisito(s) elencado(s) em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

25

João, ocupante de um cargo em comissão em um órgão da administração direta, aceitou promessa de vantagem do empresário Carlos. As partes combinaram que o referido agente público proferiria decisão favorável aos interesses do particular em um determinado processo administrativo em tramitação. Como contrapartida, João receberia, por interposta pessoa, uma potente motocicleta. Contudo, antes da prolação da decisão por parte do servidor público, os fatos foram descobertos pelas autoridades públicas, dando-se conhecimento ao Ministério Público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pelo crime de

- (A) advocacia administrativa qualificada, por ser ocupante de cargo em comissão em órgão da administração direta, sem a incidência de causas de aumento de pena.
- (B) corrupção passiva simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por ser titular de cargo em comissão em órgão da administração direta.
- (C) corrupção passiva qualificada, por ser ocupante de cargo em comissão em órgão da administração direta, sem a incidência de causas de aumento de pena.
- (D) exercício funcional ilegalmente antecipado simples, sem a incidência de causa de aumento de pena.
- (E) advocacia administrativa simples, sem a incidência de causa de aumento de pena.

26

Os novos servidores da Defensoria Pública do Estado de Rondônia participaram de uma palestra, na sede da referida instituição, com o objetivo de melhor conhecerem a Administração Pública Local. Desta forma, durante a exposição, os servidores foram informados sobre a existência de uma Secretaria Estadual e de uma autarquia, ambas destinadas a tutelar os indivíduos vulneráveis e hipossuficientes econômicos.

Nesse cenário hipotético, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a

- (A) Secretaria Estadual, integrante da Administração Pública Indireta, é fruto da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia, integrante da Administração Pública Direta, é uma manifestação da desconcentração administrativa.
- (B) Secretaria Estadual, integrante da Administração Pública Direta, é fruto da desconcentração administrativa. Lado outro, a autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, é uma manifestação da descentralização administrativa.
- (C) Secretaria Estadual, integrante da Administração Pública Direta, é fruto da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, é uma manifestação da desconcentração administrativa.
- (D) Secretaria Estadual e a autarquia, integrantes da Administração Pública Direta, são fruto da desconcentração administrativa.
- (E) Secretaria Estadual e a autarquia, integrantes da Administração Pública Indireta, são fruto da descentralização administrativa.

27

Em observância à disciplina legal, o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído, dentre outros, com documentos que versem sobre a razão da escolha do contratado, justificativa de preço e autorização da autoridade competente.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de um ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.
 - II. Para contratação que tenha por objeto aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
 - III. Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- É dispensável a licitação na(s) hipótese(s) elencada(s) em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.

28

Caio, servidor público no Estado *Alfa*, estava, embriagado, na condução de um veículo automotor oficial, pertencente ao referido ente federativo, encaminhando-se à repartição pública em que trabalha, ocasião em que, por imprudência e negligência, avançou um sinal vermelho, atropelando um transeunte.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A responsabilidade civil do Estado *Alfa*, no caso narrado, tem natureza subjetiva, sendo desnecessário comprovar o dolo ou a culpa do servidor público.
- () Caio, na qualidade de servidor público, responderá objetivamente pelos danos que causou ao particular.
- () Por se tratar de responsabilidade civil imputável ao Estado *Alfa* à luz da teoria do risco integral, não se admite a alegação de excludentes do nexo de causalidade entre a conduta e o dano causado ao particular.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – V.

29

Após complexa operação policial, que culminou na arrecadação de milhares de reais e joias, os bens apreendidos foram colocados no cofre da Delegacia de Polícia do Município *Alfa*. Nesse contexto, Caio, policial civil, embora não tivesse a posse dos valores pecuniários e das joias, os subtraiu, em proveito próprio, valendo-se de facilidade que a qualidade de funcionário lhe proporcionou para acessar o local onde os bens estavam guardados.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de

- (A) condescendência criminosa.
- (B) excesso de exação.
- (C) prevaricação.
- (D) concussão.
- (E) peculato.

30

Matheus, agente público no Estado *Alfa*, prevalecendo-se do seu cargo, falsificou, em parte, determinado livro mercantil que lhe foi apresentado. Contudo, após uma denúncia anônima, os fatos chegaram ao conhecimento do Ministério Público e das autoridades policiais. Preocupado com as repercussões, Matheus procurou a Defensoria Pública, com o objetivo de ser adequadamente informado e assistido.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus responderá pelo crime de

- (A) falsificação de documento particular na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- (B) falsificação de documento público na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- (C) falsificação de documento público na modalidade qualificada, sem a incidência de causa de aumento de pena.
- (D) falsidade ideológica na modalidade qualificada, sem a incidência de causa de aumento de pena.
- (E) falsidade ideológica na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.

História, Geografia e Atualidades de Rondônia

31

No Tratado de Madri, firmado em 1750, a área de domínio da aliança luso-Tupi-Guarani se transformava em unidade reconhecida juridicamente pelo direito internacional e identificada pelo nome de Brasil. Os muitos atos tidos até a véspera como impróprios ou ilegais adquiriram o estatuto de atos fundadores do domínio jurídico.

CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017. (Adaptado.)

O Tratado de Madri foi um marco no estabelecimento e reconhecimento formal do território brasileiro no século XVIII. É correto afirmar que o tratado

- (A) ignorou as expedições bandeirantes e outras formas de expansão territorial, restabelecendo os antigos limites das capitanias hereditárias.
- (B) baseou-se na posse efetiva da terra como critério para definir os limites territoriais, consolidando a expansão portuguesa na América.
- (C) desconsiderou a presença dos povos indígenas e estipulou a expulsão de todas as populações nativas das áreas delimitadas.
- (D) foi firmado sob a mediação do Vaticano, que determinou as fronteiras entre Portugal e Espanha de acordo com critérios religiosos e missionários.
- (E) estabeleceu a devolução de todas as terras espanholas ocupadas por Portugal, reafirmando a validade das divisões estabelecidas no século XV.

32

Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro, a inovação do pensamento do marechal Cândido Rondon foi “o estabelecimento pioneiro do princípio, só hoje reconhecido internacionalmente, do direito à diferença”.

Essa afirmação se baseia

- (A) na implementação de um contato progressivo com os indígenas, garantindo sua adaptação gradual à sociedade nacional por meio da introdução dos valores civilizados.
- (B) na formulação de uma política para conciliar o desenvolvimento técnico do Estado brasileiro e a mínima interação possível com os povos indígenas.
- (C) no reconhecimento da importância dos indígenas como parte da identidade nacional, impondo sua participação na construção do projeto republicano brasileiro.
- (D) na concepção de um plano de ocupação territorial da Amazônia, no qual os indígenas seriam mobilizados na integração das fronteiras ao restante do país.
- (E) na defesa de uma política de contato pacífico e proteção territorial dos indígenas, garantindo sua autonomia dentro do Estado brasileiro.

33

O acoplamento entre a extração e a coagulação do látex da *Hevea brasiliensis* na Amazônia e a demanda crescente pelo produto devido à emergente Revolução Industrial nos EUA e na Europa Ocidental deu início ao Ciclo da Borracha. O auge desse mercado exportador ocorreu entre os anos de 1879 e 1912, quando então se iniciou sua derrocada.

Entre os motivos da falência do ciclo, é correto indicar

- (A) a imposição de pesadas tarifas pelos países consumidores, tornando a exportação da borracha amazônica economicamente inviável.
- (B) o esgotamento das seringueiras na Amazônia devido à exploração predatória, que inviabilizou a continuidade da produção de borracha na região.
- (C) a concorrência da borracha produzida em plantações na Ásia, onde o cultivo em larga escala reduziu os custos e suplantou o produto amazônico.
- (D) o fim da demanda por borracha natural, substituída totalmente por polímeros sintéticos desenvolvidos no início do século XX.
- (E) a decisão protecionista do governo brasileiro de proibir a exportação da matéria-prima, priorizando o abastecimento do mercado interno.

34

O Real Forte Príncipe da Beira foi edificado pelos portugueses às margens do Rio Guaporé no século XVIII. Situava-se na então Capitania de Mato Grosso, a oeste da demarcação do Tratado de Tordesilhas.

Sua principal finalidade foi

- (A) servir como entreposto comercial para o escoamento de ouro e diamantes extraídos na região, fortalecendo a economia da colônia.
- (B) estabelecer uma missão religiosa jesuítica, com o objetivo de converter e integrar os povos amazônicos à sociedade colonial portuguesa.
- (C) proteger as fronteiras contra as incursões de corsários franceses e ingleses, que ameaçavam a soberania portuguesa na Amazônia.
- (D) garantir a soberania portuguesa sobre a região fronteira e impedir avanços espanhóis, consolidando o domínio lusitano na área.
- (E) controlar e fiscalizar o fluxo de escravos indígenas e africanos no interior da colônia, assegurando o abastecimento de mão de obra para as fazendas.

35

O Território Federal de Rondônia passou oficialmente à condição de estado em 1982. Sobre esse tema, analise os itens a seguir.

- I. O crescimento populacional e econômico acelerado entre as décadas de 1960 e 1980, impulsionado pela migração e pela expansão agropecuária.
- II. A necessidade de maior autonomia política e financeira, permitindo ao governo local arrecadar impostos e administrar melhor seus desafios.
- III. A estabilização ambiental e o controle da ocupação territorial na Amazônia, que garantiram um crescimento sustentável na região.

Foi motivo para a emancipação de Rondônia o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

36

Com relação aos aspectos físicos da geografia do estado de Rondônia, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A maior parte do estado se encontra sobre o Planalto Residual do Guaporé, formação geológica de altitude média.
- () O estado abriga zonas de várzeas fluviais e baixas altitudes, como a Depressão da Amazônia Ocidental.
- () O norte do estado é marcado pela Serra dos Pacaás Novos, cadeia montanhosa elevada que integra um parque nacional.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

37

Em 2021, uma menina indígena de Rondônia ganhou notoriedade ao discursar na abertura oficial da Conferência da Cúpula do Clima (COP26), denunciando a ameaça das mudanças climáticas e o papel dos povos indígenas.

Ela é uma liderança do povo

- (A) Suruí.
- (B) Tupari.
- (C) Jabuti.
- (D) Puruborá.
- (E) Wari'.

38

Rondônia apresenta uma diversidade ambiental singular, marcada pela interação entre distintas formações naturais.

O bioma de maior território no estado é

- (A) a Amazônia.
- (B) o Cerrado.
- (C) a Mata Atlântica.
- (D) o Pantanal.
- (E) a Caatinga.

39

Com relação à Bacia do Rio Madeira, analise os itens a seguir.

- I. É o rio de maior vazão do estado de Rondônia e um dos mais caudalosos do mundo, destacando-se como principal afluente meridional do Rio Amazonas.
- II. Separa Rondônia da Bolívia e atua como principal via de transporte inter-regional, conectando áreas remotas ao sistema logístico da Amazônia.
- III. Abriga os complexos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, integrantes do Sistema Interligado Nacional, que fornecem energia para várias regiões do Brasil.

Em relação ao Rio Madeira, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

40

Rondônia desempenha papel estratégico em exportações, potencializado por sua localização geográfica privilegiada, aliada a corredores logísticos dinâmicos e uma rede multimodal de transporte.

A principal *commodity* exportada pelo estado é

- (A) a soja.
- (B) a madeira serrada.
- (C) o milho.
- (D) a carne bovina.
- (E) o tabaqui.

Conhecimentos Específicos

Analista Jurídico - Classe A

41

Com o objetivo de celebrar futuro contrato administrativo, Lucas, Prefeito do Município *Alfa*, no Estado de Rondônia, requereu informações técnicas aos seus assessores sobre o sistema de registro de preços, procedimento auxiliar das licitações e contratações públicas. Desta forma, o agente político foi adequadamente orientado sobre a matéria pelo corpo técnico da municipalidade.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir:

- I. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- II. É vedada a utilização do sistema de registro de preços nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
- III. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

Maria ocupa um cargo público na Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia. Por sua vez, Matheus é ocupante de um cargo público em uma autarquia estadual. Por fim, Lucas é estagiário contratado pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que

- (A) Maria é servidora pública celetista. Matheus, a seu turno, é servidor público estatutário. Por sua vez, Lucas, na qualidade de estagiário da Defensoria Pública, é considerado agente público.
- (B) Maria é servidora pública estatutária. Matheus, a seu turno, é servidor público celetista. Por sua vez, Lucas, na qualidade de estagiário da Defensoria Pública, é considerado agente público.
- (C) Maria e Matheus são servidores públicos estatutários. Por outro lado, Lucas, na qualidade de estagiário da Defensoria Pública, não é considerado agente público.
- (D) Maria e Matheus são servidores públicos celetistas. Por outro lado, Lucas, na qualidade de estagiário da Defensoria Pública, não é considerado agente público.
- (E) Maria e Matheus são servidores públicos estatutários. Por sua vez, Lucas, na qualidade de estagiário da Defensoria Pública, é considerado agente público.

43

Insatisfeita com a condução de determinado contrato administrativo parte do Poder Público, a sociedade empresária *Gama*, na qualidade de contratada, buscou informações sobre os cenários em que teria, legitimamente, o direito à extinção da avença.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir:

- I. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a três meses.
- II. Atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.
- III. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, a sociedade empresária *Gama* terá direito à extinção do contrato administrativo na(s) hipótese(s) elencada(s) em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

44

João, proprietário de um pequeno restaurante, que funciona como a única fonte de renda de sua família, compareceu à sede da Defensoria Pública no Município *Alfa*, no interior do Estado de Rondônia, afirmando que agentes públicos compareceram ao local e o interditarão, em razão da inobservância de normas de higiene e salubridade, sem que existisse qualquer ordem judicial para tanto. Nesse contexto, Matheus, Defensor Público, lhe explicou que a Administração pode, de fato, executar diretamente a sua vontade, independentemente da manifestação do Poder Judiciário.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o Defensor Público explicou a João o atributo da

- (A) presunção absoluta de legitimidade do ato administrativo.
- (B) autoexecutoriedade do ato administrativo.
- (C) imperatividade do ato administrativo.
- (D) coercibilidade do ato administrativo.
- (E) exigibilidade do ato administrativo.

45

Joana, residente e domiciliada em Porto Velho, é titular de um cargo em comissão no âmbito da empresa pública estadual XYZ. Durante uma conversa com colegas de trabalho, Joana defendeu a criação de novas empresas públicas, de forma a ampliar as atividades prestadas pelo Estado de Rondônia.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A empresa pública estadual XYZ, integrante da Administração Indireta, é uma pessoa jurídica de direito público.
- () A empresa pública estadual XYZ é uma manifestação da desconcentração administrativa.
- () Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

46

Após a transição pacífica de um regime ditatorial para outro de viés democrático, a aristocracia que exercia o poder provisoriamente organizou as eleições da Assembleia Constituinte, o que foi efetivamente feito, e submeteu aos constituintes uma minuta de texto constitucional com o objetivo de nortear os respectivos trabalhos. Esse texto, que buscou assegurar a coexistência dos distintos valores e ideologias existentes no ambiente sociopolítico e moldar o processo político de modo a assegurar a constante renovação do poder, foi aprovado e a nova Constituição entrou em vigor, obtendo grande aceitação e alcançando níveis elevados de efetividade.

Essa Constituição pode ser classificada como

- (A) cesarista e analítica.
- (B) outorgada e flexível.
- (C) dogmática e nominal.
- (D) promulgada e semântica.
- (E) compromissória e normativa.

47

Maria, com vinte e cinco anos de idade, foi condenada em sentença transitada em julgado pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes no País Alfa, o que motivou o requerimento de sua extradição, pois fugira para o território brasileiro no final do ano passado. No curso do processo de extradição, Maria argumentou que nascera no Brasil quando seus pais, Pablo e Costanza, de nacionalidade espanhola, se encontravam no território brasileiro. Acresceu, ainda, que o fato de a família ter retornado para a Espanha logo após o nascimento é desinfluyente, não sendo possível a extradição.

Na situação descrita, é correto afirmar que Maria

- (A) é estrangeira, logo, pode ser extraditada.
- (B) é brasileira nata, logo, não pode ser extraditada.
- (C) caso opte pela nacionalidade brasileira, não pode ser extraditada.
- (D) caso se naturalize brasileira antes do fim do processo de extradição, não poderá ser extraditada.
- (E) pode ser extraditada, independentemente de sua nacionalidade, considerando a natureza do crime praticado.

48

O Estado Alfa editou a Lei nº X, dispondo sobre a forma de utilização de determinada técnica de filtragem de gases poluentes no âmbito das indústrias situadas em seu território. Pouco meses depois, a união, que ainda não tinha legislado sobre a temática, editou a Lei federal nº Y, que veiculou normas direcionadas à disciplina da referida filtragem de maneira uniforme em âmbito nacional, normas estas diametralmente opostas às da Lei nº X.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a(o)

- (A) Lei federal nº Y revogou a Lei nº X.
- (B) Lei nº X continua em vigor, mas não produz efeitos.
- (C) Estado Alfa não tem competência para legislar sobre a matéria.
- (D) Lei nº X, em razão do princípio da preeminência do interesse, deve continuar a ser aplicada no Estado Alfa.
- (E) Lei federal nº Y é inconstitucional em relação a Alfa, que exerceu a competência legislativa plena ao editar a Lei nº X.

49

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Município Alfa, foi eleita Deputada Federal pelo Estado Delta, em cujo território Alfa está situado. Às vésperas da posse no cargo eletivo, compareceu ao Departamento de Recursos Humanos de Alfa e solicitou informações a respeito de sua situação funcional após ser empossada no novo cargo.

Foi corretamente esclarecido que Joana

- (A) deve ser demitida do cargo efetivo.
- (B) deve ser afastada do cargo efetivo, recebendo apenas o subsídio de Deputada Federal.
- (C) pode optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do mandato eletivo.
- (D) deve ser afastada do cargo efetivo, contando o tempo de serviço neste último para todos os efeitos legais.
- (E) pode exercer as funções afetas a ambos os cargos simultaneamente, desde que haja compatibilidade de horários.

50

Uma pessoa hipossuficiente, representada pela Defensoria Pública, foi demandada em juízo, sendo acolhido o pedido de tutela de urgência formulado em seu desfavor. Irresignada com o teor dessa decisão, a referida pessoa solicitou que, além do manejo do recurso cabível, fosse analisada a possibilidade de ser requerido ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a adoção de alguma providência em face do magistrado. Afinal, ao seu ver, a decisão proferida era manifestamente contrária à prova dos autos.

O Defensor Público esclareceu corretamente que

- (A) somente pode ser avaliada a possibilidade de punição do magistrado pelo CNJ caso sua decisão seja reformada pelo tribunal de segunda instância.
- (B) pode ser instaurado processo disciplinar em face do magistrado caso o CNJ, em caráter preliminar, entenda que sua decisão deve ser reformada.
- (C) o CNJ somente pode instaurar processo disciplinar em face do magistrado, em razão da decisão proferida, após a análise da conduta pelo tribunal ao qual ele está vinculado.
- (D) o CNJ não pode reformar a decisão judicial do magistrado, sendo que a instauração de processo disciplinar não pode decorrer apenas do entendimento jurídico desse agente.
- (E) caso a decisão tenha sido manifestamente contrária à prova dos autos, o CNJ pode determinar a remoção compulsória do magistrado, o que exige o voto de dois terços dos seus membros.

51

João, um empresário brasileiro, reside habitualmente em Curitiba, onde mantém sua residência fixa e sua família. No entanto, devido aos negócios, ele passa a maior parte do ano viajando e permanece longos períodos em São Paulo, onde possui um escritório e um apartamento que utiliza quando está na cidade. Além disso, João também possui uma casa de veraneio em Florianópolis, onde passa alguns dias do ano em férias. Recentemente, João celebrou um contrato de prestação de serviços com uma empresa estrangeira, e no contrato foi indicado como seu domicílio a cidade de São Paulo.

Diante dessa situação, considerando as disposições do Código Civil brasileiro sobre domicílio da pessoa natural, assinale a alternativa correta:

- (A) O domicílio geral de João é Curitiba, pois é onde ele mantém sua residência fixa e sua família, independentemente de passar longos períodos em outras cidades.
- (B) O domicílio de João é São Paulo, pois é onde ele realiza suas atividades profissionais e indicou como domicílio no contrato firmado com a empresa estrangeira.
- (C) João possui domicílio geral em Curitiba, onde mantém a sua residência fixa, e domicílio necessário em São Paulo, onde exerce atividade profissional.
- (D) O domicílio de João é Florianópolis, pois ele mantém uma residência fixa e permanece lá por um período do ano.
- (E) João não possui domicílio fixo, pois sua rotina de viagens e permanência em diferentes cidades descaracteriza a fixação de um único domicílio para fins jurídicos.

52

Maria, uma colecionadora de arte, negociou a compra de uma pintura atribuída ao renomado pintor brasileiro Antônio Parreiras. O vendedor, João, apresentou um certificado de autenticidade assinado por um perito reconhecido no mercado. Após a compra e pagamento do valor de R\$ 500.000,00, Maria submeteu a obra a um novo exame técnico, que concluiu que a pintura não era original, mas sim uma reprodução. João alegou que também desconhecia a falsidade da obra e que jamais teve a intenção de enganar Maria. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- (A) O negócio jurídico é válido, pois não houve dolo por parte de João, mas apenas um erro de Maria que poderia ter sido evitado com maior cautela na compra.
- (B) O negócio jurídico é anulável, pois houve erro essencial sobre a autenticidade do bem, caracterizando vício do consentimento.
- (C) O negócio jurídico é nulo, pois o objeto do contrato tornou-se ilícito ao se descobrir que a pintura era falsa.
- (D) O negócio jurídico não pode ser desfeito, pois Maria já tomou posse da obra e a transferência do bem consolidou os efeitos do contrato.
- (E) O negócio jurídico pode ser resolvido por inadimplemento contratual, mas não por vício do consentimento, pois João não agiu de má-fé.

53

João, proprietário de uma fazenda no interior de Minas Gerais, decide expandir sua atividade agrícola. Para isso, realiza diversas aquisições e investimentos na propriedade: compra um trator para uso exclusivo na lavoura; constrói um galpão para armazenar insumos e equipamentos; adquire um lote vizinho para ampliar as terras da fazenda; instala um sistema de irrigação subterrâneo, fixado permanentemente ao solo; e, adquire uma coleção de obras de arte para decorar sua residência na fazenda.

Diante dessas situações, assinale a alternativa que corretamente classifica os bens mencionados, de acordo com o Código Civil, trator é

- (A) um bem móvel, o galpão é um bem imóvel, o lote vizinho é um bem imóvel, o sistema de irrigação é um bem móvel e as obras de arte são bens imóveis.
- (B) um bem móvel, o galpão é um bem imóvel, o lote vizinho é um bem imóvel, o sistema de irrigação é um bem imóvel e as obras de arte são bens móveis.
- (C) um bem imóvel por destinação, o galpão é um bem móvel por acessão artificial, o lote vizinho é um bem imóvel, o sistema de irrigação é um bem móvel e as obras de arte são bens móveis.
- (D) um bem móvel, o galpão é um bem imóvel por destinação, o lote vizinho é um bem móvel por determinação legal, o sistema de irrigação é um bem imóvel e as obras de arte são bens imóveis por sua natureza.
- (E) um bem imóvel por acessão artificial, o galpão é um bem móvel, o lote vizinho é um bem móvel, o sistema de irrigação é um bem móvel e as obras de arte são bens imóveis por analogia ao solo onde estão situadas.

54

Carlos, morador de uma pequena cidade no interior, trafegava em seu veículo quando, ao dobrar uma curva fechada, deparou-se com uma criança que atravessava a rua inesperadamente. Para evitar o atropelamento, Carlos fez uma manobra brusca e colidiu contra a fachada de uma loja, causando grande prejuízo ao comerciante. O dono da loja, Marcos, ajuizou ação indenizatória contra Carlos, alegando que este deveria reparar os danos causados ao seu estabelecimento.

Diante da situação, é correto afirmar que

- (A) Carlos não pode ser responsabilizado pelos danos causados à loja, pois agiu sob estado de necessidade, hipótese excludente de ilicitude e, conseqüentemente, do dever de indenizar.
- (B) Carlos deve ser responsabilizado pelos danos causados à loja, pois, mesmo diante da situação de perigo, ele tinha o dever de evitar causar prejuízos a terceiros, ainda que para salvar uma vida.
- (C) Carlos pode ser isento de responsabilidade pelo dano causado à loja, mas Marcos poderá exigir indenização do Estado, já que a segurança pública deveria ter impedido que a criança atravessasse a rua de forma imprudente.
- (D) Carlos poderá ser responsabilizado civilmente, pois, embora tenha agido em estado de necessidade, o agente que causa danos a terceiros para evitar um mal maior responde por ele, podendo, no entanto, buscar o ressarcimento contra quem deu causa ao perigo.
- (E) Carlos poderá ser responsabilizado de forma objetiva, pois a situação não corresponde a nenhuma hipótese de excludente de ilicitude admitida.

55

A Associação "Vida Plena" é uma entidade sem fins lucrativos voltada à promoção de atividades culturais e sociais. Regularmente constituída, a associação possui personalidade jurídica própria e rege-se por seu estatuto. No documento, há uma cláusula que prevê a possibilidade de exclusão de associados por justa causa, mediante decisão fundamentada da diretoria, sem necessidade de notificação prévia ou oportunidade de defesa do associado.

Carlos, membro ativo da associação há cinco anos, recebeu uma notificação informando sua exclusão sob a justificativa de "comportamento incompatível com os valores institucionais". A decisão foi tomada em reunião da diretoria, com base na previsão estatutária, sem que Carlos fosse previamente informado ou tivesse a chance de apresentar defesa.

Diante desse cenário e com base na legislação brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) A exclusão de Carlos foi válida, pois a associação possui autonomia para estabelecer suas próprias regras estatutárias, incluindo a exclusão de associados sem necessidade de contraditório.
- (B) A exclusão de Carlos é legítima, pois a justa causa foi devidamente fundamentada pela diretoria da associação, sendo desnecessário assegurar direito de defesa quando a decisão já está suficientemente motivada.
- (C) A exclusão de Carlos pode ser anulada, pois, embora a associação tenha autonomia para definir seus estatutos, tem que se garantido ao associado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- (D) A exclusão de Carlos é válida, pois as associações, por serem entidades privadas, não estão sujeitas ao princípio do contraditório e podem estabelecer livremente os critérios para desligamento de seus membros.
- (E) A decisão da associação é irreversível, pois os associados, ao ingressarem na entidade, aderem voluntariamente ao estatuto, não podendo questionar suas regras perante o Judiciário.

56

As garantias fundamentais do processo trazem diversos direitos e deveres aos sujeitos do processo. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- II. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quanto à matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- III. As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

57

Maria, em conversa com Thiago, ambos estudiosos do Direito Processual Civil, afirmou que a jurisdição é o poder-dever do Estado de julgar os conflitos de interesse mediante provocação, sendo vedada a iniciativa do juízo para deflagrar um processo judicial. É certo dizer que Maria se referiu ao princípio da jurisdição denominado:

- (A) Indelegabilidade.
- (B) Inércia.
- (C) Juiz natural.
- (D) Investidura.
- (E) Trânsito em julgado.

58

O direito de ação é o direito público, subjetivo e abstrato a obter uma prestação jurisdicional. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e o pedido ser juridicamente possível, nos termos do Código de Processo Civil.
- (B) Não é admissível a ação meramente declaratória se ocorrer a violação do direito.
- (C) É vedado ao autor manifestar o interesse processual limitadamente à autenticidade ou a falsidade de documento.
- (D) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- (E) Todos poderão pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando vedado pelo ordenamento jurídico.

59

A competência pode ser conceituada como o conjunto de regras voltado à definição e distribuição do exercício da jurisdição dentre os órgãos jurisdicionais. A seu respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) É competente o foro da capital para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.
- (B) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- (C) Havendo três ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro mais próximo do domicílio do autor.
- (D) Tramitando a ação de recuperação judicial perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, na qualidade de parte.
- (E) O foro de domicílio do herdeiro, no Brasil, é o competente para o inventário e a partilha, bem como para todas as ações em que o espólio for réu.

60

Um dos traços da jurisdição é sua aderência a um território. Por tal motivo, é importante a fixação de regras que disciplinem o exercício da jurisdição em relação aos casos em que há elementos de estraneidade, o que se convencionou chamar de limites da jurisdição nacional.

A respeito do assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação, desde que o réu seja brasileiro.
- (B) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- (C) A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
- (D) Compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.
- (E) Compete à autoridade judiciária brasileira, de forma concorrente, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.

61

Helder, policial civil, entrou no condomínio onde reside, à noite, tendo se deparado com um jovem correndo na direção de seu carro com uma arma na mão. Diante disso, acreditando estar diante de grave ameaça, Helder sacou sua arma de fogo e desferiu um disparo na barriga do jovem, gerando lesão corporal grave. Posteriormente, fora constatado que naquele momento, adolescentes que residem no condomínio estavam brincando de *paintball* e que a arma na mão da vítima era de brinquedo. Diante do exposto, assinale a alternativa que indica o correto enquadramento da conduta de Helder:

- (A) Erro de Tipo Permissivo.
- (B) Legítima Defesa.
- (C) Exercício Regular do Direito.
- (D) Estrito Cumprimento do Dever Legal.
- (E) Resultado Diverso do Pretendido.

62

Gustavo é Senador da República e foi indiciado pelo Delegado de Polícia Federal responsável pela investigação, pelo crime de peculato praticado durante, e em razão, de seu mandato. Diante disso, a defesa técnica de Gustavo decidiu impetrar Habeas Corpus para obter o trancamento do inquérito policial.

O referido Habeas Corpus deverá ser endereçado

- (A) a um Juiz Federal.
- (B) a um Juiz da Justiça Estadual.
- (C) ao Tribunal Regional Federal.
- (D) ao Superior Tribunal de Justiça.
- (E) ao Supremo Tribunal Federal.

63

José foi denunciado por estelionato em 15 de novembro de 2019, em face de Manoel, 60 anos, sem que a vítima tivesse sido ouvida no decorrer do inquérito policial. O crime havia sido praticado no dia 30 de julho de 2019. Em 28 de janeiro de 2020, o magistrado de primeiro grau recebeu a denúncia contra José.

Acerca da decisão do juiz, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão foi correta uma vez presentes os pressupostos legais e indícios de autoria e prova de materialidade do crime.
- (B) A decisão foi correta uma vez que o crime pelo qual José foi denunciado é de ação pública incondicionada, por se tratar de vítima idosa.
- (C) A decisão foi incorreta uma vez que o crime pelo qual José foi denunciado é de ação pública condicionada à representação.
- (D) A decisão foi incorreta uma vez que o crime pelo qual José foi denunciado é de ação privada.
- (E) A decisão foi incorreta em razão da decadência do direito de representação.

64

Antônio foi denunciado pela prática do tipo penal de roubo, art. 157, *caput* do Código Penal. Regularmente citado, Antônio não constituiu advogado e seu processo foi remetido à Defensoria Pública. Ratificado o recebimento da denúncia foi designada audiência de instrução e julgamento. Ocorre que o mandado de intimação enviado para Antônio retornou negativo, informando-se que ele havia se mudado de local, fato que não havia sido comunicado ao juízo processante. Ato contínuo, o juiz decretou sua revelia. De acordo com o Código de Processo Penal, a decisão do magistrado está

- (A) equivocada, uma vez que o juiz deveria diligenciar em busca do novo endereço do acusado.
- (B) correta, pois cabe ao acusado manter seu endereço atualizado no juízo.
- (C) correta porque o acusado não constituiu advogado.
- (D) equivocada, na medida em que o juiz deveria suspender o processo.
- (E) equivocada, devendo o juiz determinar a intimação do acusado por edital.

65

Em um determinado inquérito policial o promotor de justiça com atribuição promoveu o arquivamento do feito. Inconformado, o ofendido interpôs recurso à instância de revisão ministerial, na forma do art. 28 do CPP, sendo certo que o Procurador-Geral manteve o arquivamento. A decisão do Procurador-Geral que manteve o arquivamento

- (A) é irrecurável.
- (B) é impugnável por mandado de segurança.
- (C) é impugnável por *habeas corpus*.
- (D) é pode ser revista pelo juiz.
- (E) é impugnável por apelação.

66

Acerca da Teoria da Norma Penal, assinale a alternativa correta:

- (A) A interpretação sistemática pressupõe a hermenêutica da norma à luz do contexto histórico no qual ela foi criada.
- (B) A interpretação teleológica busca extrair o sentido literal da norma penal.
- (C) O emprego da analogia é proibido no Direito Penal, exceto quando utilizada *in malam partem*.
- (D) A interpretação analógica é admitida o Direito Penal, mesmo em desfavor do réu.
- (E) A Lei e os Costumes constituem fonte imediata de conhecimento da norma penal.

67

Mário foi definitivamente condenado por estupro na França em 2013, quando residia naquele país. Mário respondeu ao processo em liberdade, sem qualquer imposição de medida cautelar, tendo se mudado para o Brasil antes de decisão definitiva. Assinale a alternativa correta, segundo o ordenamento jurídico pátrio:

- (A) Não se aplica a lei brasileira uma vez que o fato foi praticado na França.
- (B) Não se aplica a lei brasileira porque Mário deveria ter sido julgado pela jurisdição brasileira.
- (C) Aplica-se a lei penal brasileira porque o crime é hediondo.
- (D) Aplica-se a lei penal brasileira porque se trata de crime praticado por brasileiro no exterior que retornou ao território nacional, bem como por ser fato punível no Brasil e suscetível à extradição.
- (E) Não se aplica a lei penal pátria porque o brasileiro, quando adentra no território nacional, está imune a condenações proferidas no estrangeiro.

68

Brandão, chefe de gabinete de um juiz titular de vara criminal, solicitou de Nunes, réu em ação penal em tramitação naquela vara, vantagem econômica para influenciar minuta de sentença pela absolvição. Assinale a alternativa que indica corretamente o tipo penal praticado por Brandão:

- (A) Prevaricação.
- (B) Corrupção Passiva.
- (C) Tráfico de Influência.
- (D) Corrupção Passiva Privilegiada.
- (E) Exploração de Prestígio.

69

Adalberto cometeu homicídio em face de seu amigo Levir, em razão de uma briga de bar. O Ministério Público denunciou Adalberto, que se tornou réu em ação penal com tramitação em vara criminal com competência do Tribunal do Júri. Assinale a alternativa correta acerca do julgamento de Adalberto:

- (A) Na audiência de instrução da fase preliminar, serão tomadas as declarações do ofendido, inquirição das testemunhas e interrogatório do acusado, sendo vedada a realização de acareações.
- (B) Se não for apresentada a resposta à acusação no prazo legal, o juiz nomeará defensor público para oferecê-la em até 10 (dez) dias.
- (C) O juiz poderá absolver o réu sumariamente se houver indícios de autoria e prova da materialidade delitiva.
- (D) É incabível a apelação em face de sentença fundamentada de impronúncia.
- (E) O juiz não poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação.

70

Hermes consultou as redes sociais de sua esposa Adélia, tendo constatado mensagens de um homem que a convidava para um encontro amoroso, sem que Adélia tivesse respondido. Diante disso, Hermes, movido por violenta emoção, desferiu dois socos no rosto de Adélia, causando equimoses em sua face. Adélia prontamente dirigiu-se à delegacia de atendimento à mulher a fim de lavrar o registro de ocorrência. Assinale a alternativa que indica corretamente a conduta praticada por Hermes:

- (A) Hermes deverá responder pelo crime de lesão corporal leve (art. 129 caput do CP).
- (B) Hermes não deverá responder por crime algum, tendo em vista que está isento de pena por ter agido mediante violenta emoção ou paixão.
- (C) Hermes deverá responder pelo crime de lesão corporal grave (art. 129, § 1º do CP).
- (D) Hermes deverá responder pelo crime de lesão corporal doméstica (art. 129, § 9º do CP).
- (E) Hermes deverá responder pelo crime de lesão corporal contra a mulher por razões de condições de sexo feminino (art. 129, § 13º do CP).

Prova Discursiva

1

O Estado de Rondônia pretende celebrar contrato administrativo, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do referido ente federativo. Registre-se que os automóveis são essenciais para que a atuação estatal alcance todas as cidades da região, de forma a implementar as políticas públicas estaduais, garantindo a satisfação dos direitos fundamentais em benefício da população em geral. Nesse contexto, após a realização de estudos, constatou-se que a futura contratação envolve o valor aproximado de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Com base no cenário hipotético narrado, responda de forma fundamentada, em um total de 20 a 30 linhas, dispensando-se a referência expressa a dispositivos legais.

- a) Conceitue o instituto da licitação, trazendo à baila os seus objetivos.
- b) No âmbito da contratação direta, diferencie inexigibilidade de licitação e licitação dispensável.
- c) No caso apresentado, se está diante de uma hipótese de licitação inexigível ou dispensável?
- d) Caso se constate, posteriormente à contratação direta, a ocorrência de fraude, quais são as consequências jurídicas para o agente público responsável e para a sociedade empresária contratada?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

